

Os Valores Sociais na Construção de Estados. A Promoção da Democracia como Pressuposto Essencial para o Estabelecimento de uma Política de Defesa e Segurança

João Francisco de Brito dos Santos

Auditor do Curso de Defesa Nacional 2005/2006. Superintendente da Polícia Nacional de Cabo Verde

Resumo

Por que razão muitos Estados não se desenvolveram, designadamente os da África Negra, é a questão que subjaz ao texto que, na linha de muitos outros autores, vê nos factores imateriais uma dessas causas determinantes. Sem fazer nenhum excursão histórico sobre uma vasta e balcanizada literatura sobre o tema, o autor conclui que os chamados valores ocidentais nasceram na Europa, mas para serem aplicados também em África. A história da construção dos Estados em África exige uma nova abordagem que reflecta a distinção entre a democracia liberal e a democracia iliberal. Não obstante a convicção de que, mesmo quando apenas do ponto de vista formal, a instituição da democracia acaba por vencer a guerra, por contraposição, a busca quase obstinada do consenso empobrece a democracia.

Abstract

The Social Values in the Construction of the States. The promotion of Democracy as the Essential Requisite for the Establishment of a Defense and Security Policy

The reason why many States, namely those of Black Africa, did not develop is the question addressed by this article. Many authors see in the immaterial factors one of those decisive causes. Without making any historical excursion on a vast balkanised literature on the topic, the author concludes that the so called western values, originated in Europe, are to be also applied in Africa. The construction of States in Africa requires today a new approach that considers the distinction between liberal democracy and illiberal democracy. Despite the conviction that, even when only on the formal point of view, the institution of democracy ends by winning the war, by contraposition, the almost obstinate search for consensus impoverishes democracy.

1. Introdução¹

Se com o presente artigo não me deixo conduzir por nenhum excursus histórico que abarque a abundante e fecunda discussão sobre a razão do triunfo de umas e o colapso de outras sociedades, em compensação, olho com atenção para culturas e civilizações diferentes² e, convence-me ainda, muito particularmente, o facto de ter a cabeça assente em alguns valores³ que me mobilizam neste intenso e constante debate.

Modela ainda a percepção que faço do problema da *construção* dos Estados ou, para ser mais impressivo, da *modernização* dos Estados, a reflexão cartesiana, utilizada por Simone Weil,⁴ em meu entendimento perfeitamente ilustrativa, para o tema em estudo, de uma das razões do porquê do insucesso na modernização dos Estados, e que diz o seguinte:

- “Não existe distinção teórica entre o patológico e o normal. Um relógio que funciona mal não é uma excepção às leis que regem os relógios, mas um mecanismo diferente, obedecendo às suas leis próprias”.

1 Este trabalho de investigação foi realizado no âmbito do Curso de Defesa Nacional 2005/2006.

2 Arrogo, apesar disso, mas por inteiro – e não é pretensiosismo dizê-lo –, as considerações que sobre esta questão lucidamente fez Alain Peyrefitte, no prólogo ao seu *A Sociedade de Confiança, Ensaio sobre as origens e a natureza do desenvolvimento*, Edição Topbooks/ Instituto Liberal, Rio de Janeiro, no sentido de que a *etologia humana comparada*, enquanto ciência dos comportamentos, costumes, mentalidades dos diferentes grupos humanos é ainda uma balbuciente disciplina.

3 José Osvaldo de Meira Pena, na introdução ao seu livro *Opção Preferencial pela Riqueza*, editado pelo Instituto Liberal, Rio de Janeiro/1991, recorda-nos a conhecida observação irónica que Friedrich A. von Hayek costumava fazer à extravagante mania de acrescentar o adjectivo “social” às expressões relacionadas com a vida política e económica da sociedade. Parcialmente impressionado com a observação, a opção pelo adjectivo social que fiz no título do presente trabalho é, neste caso, concordante com a que Michael Novak fez em *A Ética Católica e o Espírito do Capitalismo*, Edições Principia, Cascais, 2001, pp. 97-98, para fugir à crítica de Hayek quanto ao significado de justiça social, enquanto virtude que, como sublinha, o próprio Hayek praticava, tendo, contudo, como *pré-condição* de realização, uma ordem social assente nos valores da liberdade política, económica, e moral e cultural. É que, se o valor tem a virtualidade de *impulsionar e modelar condutas*, como entendo que tem, então chamo-lhe virtude.

4 Note-se que a citação visava criticar o regime de Estaline que fazia uso continuado da força repressiva, que para a autora não deveria ser considerado como um Estado operário deformado, mas como um mecanismo social diferente, definido pelas engrenagens que o compõem e funcionando de acordo com essas engrenagens. Cf. Simone Weil, *Opressão e Liberdade*, Moraes Editora, Lisboa 1964, p. 20. Cf. ainda João Carlos Espada e João Cardoso Rosas, *Pensamento Político Contemporâneo*, Bertrand Editora, Lisboa, 2004, p. 48-50, texto da autoria de José Carepa. E foram, em grande medida, essas as fraudulentas experiências governativas em quase todos os chamados Estados falhados, particularmente em África.

É que, na linha do que defende Michael Oakeshott, “a sociedade não é um maquinismo, não é formada por um conjunto de componentes inertes completamente dependentes de forças externas que os obriguem à acção e lhes indiquem os objectivos a atingir”. Que o que dá vida à sociedade, enquanto *algo* vivo e que se cumpre enquanto tal, é a “convergência não planeada das escolhas livres dos indivíduos que a constituem”. Ou que “os planos ‘práticos’” Racionalistas não apenas estão condenados ao fracasso – o qual só pode ser adiado pelo uso continuado da força repressiva – como constituem um grave ataque à possibilidade da evolução futura da própria actividade social, cujo livre desenvolvimento acabam por impedir”.

Particularmente ilustrativo da fraude que constitui essa *perspectiva racionalista* e que a citação paradigmaticamente reflecte para a nossa discussão é o facto de os amantes da sociedade planificada *não aprenderem* com os seus erros e falhanços históricos, já que o erro nunca é assacado à teoria, mas a deficiências na respectiva execução, sublinha ainda Oakeshott.

Parto dessa *cogitatio* para defender, afirmando, que a modernização dos Estados, sendo uma conquista ou, dito de forma concludente, o resultado de uma criação das sociedades livres do mundo ocidental, ainda que o caminho aqui seguido para a alcançar não tenha sido necessariamente o mesmo, – na maior parte da Europa, diz-nos Zakaria, “o caminho para a democracia liberal foi tortuoso e sangrento, pontuado de episódios penosos – revolução social, fascismo e guerra” –, ela é igualmente possível para outros mundos *culturalmente* diferentes, ainda que os factos tendam, até hoje, a negar esta razoabilidade teórica.

Mas há vozes oriundas de espaços académicos e políticos que, assumidamente, procuram fazer escola afirmando que o mundo *que o ocidente criou* não é passível de ser partilhado com outras culturas, a não ser por “adopção”. É o que perfilha Schlesinger Jr., citado por Huntington,⁵ afirmando ser a Europa a “fonte – a *única* fonte – das ideias de liberdade individual, democracia política, Estado de direito, direitos humanos e liberdade cultural... Estas ideias são *européias*, e não asiáticas, nem africanas, nem do Médio Oriente, salvo por adopção”.

Não aceito, pois, as afirmações de que valores são os *desses mundos* e para esses mundos em concreto, porque nascidos ali; ou às considerações que exaltam o valor do que é nosso simplesmente porque é nosso, típicas de um qualquer nacionalismo;

5 Cf. *A Invenção Democrática*, Edição Instituto de Ciências Sociais, 2000, p. 22.

que não há, pois, universalidade para além da diferença; que, por isso, o único e verdadeiro valor universal é a diferença.

Ponderadas as vozes que, com firmeza, adoptam a posição de que a democracia liberal é impossível fora do Ocidente, ou mesmo daquelas que a admitem com algumas reservas, a verdade é que, afigurando-se como um dos defensores desta cláusula, diz Huntington, “existe pelo menos uma democracia liberal em cada civilização”; que a “democracia liberal não é incompatível com as grandes culturas não ocidentais”; que o grau de aceitação “varia consoante o respectivo grau de ocidentalização”. Noutro passo, distinguindo, e bem, entre democracia eleitoral e democracia liberal, adianta, por último, que a probabilidade de as democracias eleitorais se transformarem em democracias plenas depende da influência exercida pelo Ocidente nas respectivas sociedades.

Não está em causa a verdade histórica que traduzem os pensamentos que acabo de reproduzir. Para mim, a defectividade que, por um lado, tomo como desmerecedora do problema, e, por outro, enfraquece a sua abordagem, está em confundir a universalidade de um valor com a sua natureza ocidental, “*tout-court*”. Entendo, pois, que são dimensões rigorosamente diferentes e que não se confundem.

Posto isto, gostaria de deixar claro que atravessa as minhas reflexões um “*quasi-preconceito*”:⁶ - o repúdio às certezas dessa antropologia cultural, por um lado, e às certezas típicas do pensamento económico oitocentista, por outro. Mas esta atitude não me inibe de admitir que, dos povos, é exigido um código mínimo de obrigações morais que obedece à noção de “*continuidade cultural*” defendida, por exemplo, por Oakeshott, como processo evolutivo, ainda que, diferentemente, alguns dos seus discípulos, particularmente Roger Scruton, viram esses valores não como uma opção, mas algo de origem genética, própria da condição de se ser inglês e que, portanto, “a ideia de uma filosofia liberal que ultrapassasse as fronteiras nacionais e fosse de natureza universal não passava de uma aberração”.⁷

6 Sublinho, entretanto, que nada se assemelha à exaltação que o filósofo Joseph de Maistre fazia do preconceito em relação à actividade científica. A irracionalidade que prefiro na abordagem deste tema, encontra sugestão no sentido encontrado por Charles Handy para a descontinuidade que as mudanças actualmente comportam e que, por isso, exige que pensemos de forma invertida, mesmo que tanto os pensadores como as ideias possam parecer absurdos. Cf. *A Era da Irrracionalidade*, Edições CETOP, 1992, pp. 18-19. Mas não deixa de ser particularmente impressiva a crítica oakeshottiana ao racionalismo no sentido de que “*planejar*” não é a forma apropriada para a organização da sociedade”. Para maiores desenvolvimentos, cf. João Carlos Espada e João Cardoso Rosas, ob. cit., pp. 47-50. Há pois que arriscar, salvaguardados os condicionalismos locais, aplicar outros valores, i.e. os ocidentais.

7 Ver Guy Sorman, *A Solução Liberal*, Editorial Inquérito, 1986, pp. 31-34.

Se é verdade que os hábitos seculares têm um peso que não pode ser desprezado, já não me sensibiliza qualquer atitude etnocentrista que coloca o subdesenvolvimento por conta da raça ou da etnia.⁸

2. Modernidade *versus* Subalternidade dos Estados: uma Dimensão Imposta ou Pressuposta?

Essa criação do Renascimento, ditada pela necessidade dos grupos sociais sedentarizados se organizarem com vista à solução de inevitáveis problemas sociais, levou a constituição daquilo que convencionamos chamar comunidades estatais, cada uma delas dotada, para além de um território e uma população, de um elemento essencial de identificação que, como recorda Adriano Moreira, é um “poder que não reconhece igual na ordem interna nem superior na ordem externa”, isto é a soberania.⁹ Mas essa soberania, afirma por outro, depende da sua submissão a regras para o seu reconhecimento pela comunidade internacional, “sem o qual não se identificariam um território e um povo isentos da interferência de outros poderes”. Como poder último e perpétuo, a soberania já não é só um atributo, mas torna-se a própria substância da República. Ou seja, como ensinara Bodin, o Estado só existe se for soberano.¹⁰

Ninguém objecta, hoje, a não universalização do processo da modernização dos Estados, sendo que muitos se revelaram incapazes de realizarem isolados as finalidades

8 Alain Peyrefitte chama atenção para as discussões “eurocêtricas” que consideravam que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento estariam inscritos nos genes. A insinuação decorria do facto de nenhum povo de raça branca figurar na lista dos países subdesenvolvidos e daí a consideração de que outras tinham uma “inaptidão natural para o progresso”, que eram “etnias retardadas” ou, até mesmo, “raças inferiores”, entre outras. Não fica claro se estamos perante mais uma analogia, mas David Landes, no seu *A Riqueza e a Pobreza das Nações – Por que são algumas tão ricas e outras tão pobres*, 7.^a Edição, Gradiva, 2005, p. 556, ao referir-se aos países perdedores, descreve as sociedades latino-americanas como adversas ao mundo industrial.

9 Diz ainda Adriano Moreira que este modelo alcançou uma projecção mundial e está vigente desde Florença do século XV até às mais recentes independências do Terceiro Mundo. Importante para a compreensão dos problemas da construção dos Estados, hoje, tem a ver com o facto de muitos Estados serem plurinacionais e algumas nações estarem divididas entre mais de um Estado. Mas, para mais desenvolvimentos cf. Adriano Moreira, *Teoria das Relações Internacionais*, 4.^a Edição, Almedina, 2002, pp. 341 e ss. Sobre o simbolismo da Paz de Westfália nas Relações Internacionais, ver João Marques de Almeida, “*A Paz de Westfália, a história do sistema de Estados moderno e a teoria das relações internacionais*” in, *Política Internacional*, p. 46.

10 Sobre o valor da soberania como pressuposto para a existência do Estado, ver Bertrand Badie, *Um Mundo sem Soberania – Os Estados entre o Artificio e a Responsabilidade*, Edição Instituto Piaget, 2000, pp. 23 e ss.

ou objectivos que lhe foram assinados, devendo considerar-se exíguos,¹¹ isto é, definitivamente incapazes de realizarem todas as finalidades estaduais e, por isso, obrigados a alienarem em terceiro Estado, ou em organização internacional, tal função, adianta o ilustre Adriano Moreira.

A atenção a esses falhados ordenamentos sociais que, como atrás referi, e por consequência, não se traduzem no complexo de relações de convivência que livre e espontaneamente¹² ou impostas a partir das estruturas organizadas do poder¹³ para a garantia da paz e segurança jurídicas se estabelecem entre os indivíduos a par do seu não reconhecimento como sujeitos de direito a nível internacional, tem sido objecto de uma particular atenção do mundo académico e político. E, a pergunta que se coloca é, por que será que muitos Estados não se modernizaram?

Para ser preciso, responderia com as duas conjecturas avançadas por Fukuyama¹⁴ no sentido de que, por um lado, Estados modernos “não existiram de todo em vastas partes do mundo, como é o caso da África subsariana antes do colonialismo europeu” e que, por outro, “após a Segunda Guerra Mundial a descolonização conduziu a um frenesim de construção de Estados por todo o mundo em vias de desenvolvimento, (...) mas que apenas teve lugar no plano formal em muitas outras partes da África, (...)”. Não obstante esta evidência, que poderia ter guiado a determinação das premissas para o tratamento do problema, o século passado foi essencialmente marcado pela controvérsia quanto à dimensão do Estado. As perspectivas minimalista e centralizadora do Estado contendiam ardorosamente as suas virtualidades sendo que “o liberalismo seria derrotado na primeira metade do século XX e o autoritarismo populista seria esmagado e desacreditado na segunda metade”.¹⁵

11 Esta expressão proposta por Adriano Moreira é o equivalente ao Estado falhado.

12 João Carlos Espada e João Cardoso Rosas, *Liberdade e Ordem Espontânea*, em que Hayek caracteriza a ordem matura (*grown order*) como uma estrutura que surge em virtude da auto-organização dos seus elementos. Cf. *ob., cit.*, p. 35.

13 João Carlos Espada e João Cardoso Rosas, *Liberdade e Ordem Espontânea*, em que Hayek caracteriza a organização (*made order*) como uma estrutura criada por forças exteriores, que impõem aos elementos constituintes da mesma o cumprimento de determinadas instruções, tendo em vista determinados fins. Cf. *ob., cit.*, p. 35.

14 Francis Fukuyama, *A Construção de Estados - Governação e Ordem Mundial no Século XXI*, Lisboa, Gradiva, 2006, p. 16.

15 Francis Fukuyama, *ob. cit.*, p. 17 refere-se ao facto de depois da Segunda Guerra Mundial, ao aumento das funções e dimensão do Estado seguiu-se a reacção contrária na forma do “thatcherismo” e “reaganismo”.

Daí a subalternização do problema da construção de Estados¹⁶ que era, tal como atrás referi, igualmente tão importante como o que animou o mundo académico e político. Para agravar esse descuidado disfarce, as políticas para o desenvolvimento africano, particularmente por parte dos EUA, apenas serviam, nas palavras de Henry Kissinger, como um “lenitivo em relação ao passado”,¹⁷ já que “uma parte significativa da população dos EUA que é de origem africana, viveu antes e depois da escravatura, condições que não orgulham nenhum americano”. E, com muita frequência, ouvimos da boca de políticos europeus que a relação de cooperação da Europa com as suas ex-colónias é condicionada por um sentimento de culpa do colonizador.

Entretanto, a questão principal continua por resolver: como ajudar os países a criar uma capacidade institucional endógena de modo a saírem do estado de *subdesenvolvimento* a que se encontram votados, isto é de assegurar as suas funções soberanas?

Antes, gostaria de recordar, com Michael Novak, uma constatação que arrebatava sobremaneira os estudiosos: “Não é fácil explicar o espectacular sucesso económico dos japoneses apenas em termos materiais.¹⁸ Ao contrário dos brasileiros, que têm recursos naturais em abundância e um território enorme, os japoneses apinham-se nas planícies costeiras de ilhas minúsculas, com uma densidade populacional elevadíssima, poucos recursos naturais e quase nenhuma fontes de energia. Apesar disso, o Japão é rico e o Brasil é pobre”.¹⁹ Volto a uma outra constatação que, pela sua pertinência, não posso deixar de aludir.

16 Como ao longo do trabalho sublinharei, este problema é visto hoje, não tendo em atenção a largueza dos Estados, mas sim a concepção de instituições adequadas para o desenvolvimento. Esta dimensão não tinha sido explorada anteriormente.

17 Ver Henry Kissinger, *Precisará a América de uma Política Externa?, Para uma Diplomacia do Século XXI*, Edições Gradiva 2003, p. 187.

18 Peyrefitte diz-nos que “os dados da história económica – recursos em matérias-primas, capitais, mão-de-obra, relações de produção, investimentos, trocas, distribuição, índices de crescimento – foram postos até agora no centro das explicações do desenvolvimento. Os traços mais *imateriais* de uma civilização – religião, preconceitos, superstições, reflexos históricos, atitudes perante a autoridade, tabus, motores da actividade, comportamentos no tocante à mudança, moral do indivíduo e do grupo, valores, educação – eram relegados ao nível de satélites insignificantes, gravitando pensosamente em torno da estrutura central”.

19 Sobre o indiscutível papel do espírito humano no desenvolvimento das sociedades, referenciarei, amiúde, os trabalhos de Max Weber e Michael Novak, v.g. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* e *A Ética Católica e o Espírito do Capitalismo*. Contrariamente, assevero desde já, que a chamada “autenticidade africana”, ou o “Geist africano”, que nunca ninguém se prestou a definir, mas que se refere de forma míope às *culturas tradicionais*, apresenta-se-me como desatino tolo que mais não faz do que *bloquear o pensamento crítico*, que tem adormecido os países do chamado Terceiro Mundo, impedindo, às vezes, mas *retardando* sempre, o seu progresso, favorecendo a degradação (desastrosa) da vida das suas populações.

David Landes diz de forma categórica o seguinte: “Todos os males que afligiram a América Latina e o Médio Oriente são exponencialmente agravados na África subsariana: mau governo, soberania não preparada, tecnologia atrasada, educação inadequada, mau clima, assessoria incompetente, quando não desonesta, pobreza, fome, doença, superpopulação – uma praga de pragas”.²⁰ As determinantes advinham essencialmente do facto de os africanos pós-coloniais não possuírem experiência alguma de autonomia de governo e os seus dirigentes gozarem de uma legitimidade limitada por redes de parentesco e lealdades clientelistas, remata Landes.

Na ausência de qualquer originalidade no que venho reproduzindo, mesmo quanto às inequívocas responsabilidades do Ocidente²¹ no descalabro do continente africano, uma nota mais sobre o porquê desse, até hoje, fadado curso por que se deixou prender.

Se é verdade que os modelos jurídico-constitucionais instituídos nos países africanos eram construções frágeis, porque artificialmente copiados dos das antigas potências coloniais, tal circunstância veio a favorecer o que se afirmava ser o caminho que a África Negra devia seguir, isto é, o da instituição do partido único ou unificado²² que, segundo Lavroff, a partir de 1962, viria a constituir a tendência na generalidade desses países, inaugurando-se, assim, uma nova etapa na vida política da África Negra.

Fundada no chamado Socialismo africano e tendo como mentores Senghor, Keita, Nkrumah, Nyéréré ou Kenyatta, proclamavam a sua *afinidade* aos valores da civilização africana. Mas o que pretendo sublinhar não consente a menor inferência no sentido de retirar a grandeza de alma das vozes da Negritude,²³ enquanto movimento propulsor da descolonização em África.

20 Ver David S. Landes, in *A Riqueza e a Pobreza das Nações*, Gradiva, 2005. p. 563-564.

21 Estas têm sido particularmente caracterizadas pela atitude *paternalista* das antigas potências coloniais, particularmente no que se refere à sua marca na instituição dos sistemas político-constitucionais. Dimitri Lavroff considera que “havia uma certa infantilidade em crer que um ordenamento jurídico copiado dos que existiam nos países industrializados, possuidores de uma tradição democrática, pudesse funcionar em países economicamente subdesenvolvidos e que tinham conhecido sistemas políticos tradicionais, muitas vezes destruídos por decénios de administração colonial”. Ver o seu *Os Partidos Políticos da África Negra*, Bertrand, Lisboa, 1975, p. 9.

22 Sobre a distinção entre partido único e unificado, ver Lavroff, *ob. cit.*, pp. 41-52.

23 Às eventuais dúvidas que esta consideração possa suscitar, dissipo-as, de antemão, recordando as palavras que Jean Paul Sartre fez constar do prefácio à “Anthologie de la nouvelle poésie africaine et malgache” e que profundamente me sensibilizam: “Que esperáveis, pois, quando retirásseis a mordalha que tapava estas bocas negras? Que elas vos entoassem louvores?” Ninguém de bom senso, para referir-me a outras responsabilidades coloniais, deixa de qualificar a *escravatura* de atroz e violenta. Era esta a principal dimensão da Negritude enquanto desiderato no sentido da recuperação da dignidade e personalidade do homem africano. Ainda assim, trata-se de uma perspectiva emocional que, obviamente, não encontra abrigo no presente trabalho.

O que, decorrente dessa etapa, me desinquieta intelectualmente é a permanência, até hoje, da ideia de que a “África Negra é fundamentalmente comunitária; que as sociedades tradicionais não conheciam, por isso, um regime de propriedade privada e são caracterizadas por um intenso sentimento de solidariedade; que ninguém está isolado e cada um sabe que pode contar com a ajuda dos membros da sua família ou do seu grupo étnico quando está em dificuldades; que o Socialismo africano, será, pois, comunitário”.

Decorrido todo esse tempo sobre o movimento de descolonização, tornam-se, por um lado, bafiantes as explicações para justificar os males de que África padece, - há que dizê-lo sem qualquer tipo de vergonha -, e, por outro, insubstituíveis os alardes proféticos, particularmente quando sustentados num exaltado nacionalismo *revolucionário*²⁴ ou numa pretensa autenticidade africana, como forma de evitar a decadência ou ruína das nações africanas.

Esse tipo de “prosa floreada e emotiva” como lhe chamou Isaiah Berlin, assumiu em África, e assume ainda, sob o manto da autenticidade africana, uma forma de combate aos modelos ocidentais, já que, para utilizar uma expressão da perspectiva burkeana do contrato social, se entendida na vil dimensão da sua ambivalência, as sociedades estão ligadas “pelos miríades de fios que se estendem para o passado e para o futuro” dessas mesmas sociedades.

Também em África, neste caso por causa do colonialismo, a combinação de feridas mentais não sanadas com a imagem de uma nação como “sociedade dos vivos, dos mortos e dos vindouros” tem demonstrado uma deficiente compreensão da realidade social,²⁵ quando vista na perspectiva de um nacionalismo patológico. Se as independências foram antecedidas, em um bom número de casos, de uma guerra de libertação, que mobilizou paixão e identidade, os governos que se seguiram eram a personificação autocrática da vontade popular num homem forte, levando a morte da democracia ao mesmo tempo que se revelaram ineptos, com uma excepção parcial para a pilhagem”, considera Landes.

Sinteticamente diria que o pluralismo político, quando existe - recorde-se que a maioria dos líderes africanos dos países do período pós-colonial viam no partido único ou unificado a panaceia para todos os males - é assumido apenas na aparência a atitude

24 Se compararmos o sofrimento que nos poupou o “Che” com o que nos poupou a anestesia, teremos que dar a palma da mão a esta última, pois trouxe uma verdadeira fonte de bem-estar aos homens, diz-nos Jorge Angel Livraga, em *Os Grandes Mitos do Século XX*, Edições Nova Acrópole, Porto, 1995, p. 85.

25 Importantes reflexões sobre o Nacionalismo podem ser lidas em Isaiah Berlin, *A Apoteose da Vontade Romântica*, Bizâncio, Lisboa 1999, pp. 357-380.

predatória do comum dos governantes dos países africanos, para usar a metáfora utilizada para as ocupações da Alemanha nazi, que aumenta na medida que ia comendo.

Numa outra passagem, Landes, para demonstrar a situação trágica por que África atravessa, visível através das igualmente sinistras imagens das crianças esfomeadas que amiúde a televisão nos dá a conhecer, diz: “África não está numa situação tão má como parece, está simplesmente muito pior”.

Charles Handy, no seu “O Espírito Faminto” sublinha que em África costuma-se dizer que existem “dois tipos de fome, a fome menor e a fome maior”. A fome menor tem a ver com aquilo que se chamou “síndrome da privação relativa”, manifestada hoje, de forma dramática, pela vaga de emigração clandestina de africanos para a Europa, enquanto que a fome maior, diferentemente, tem a ver com a “compreensão sobre o significado da vida”, sobre a razão de viver. Entretanto, a fome maior não pode ser satisfeita mitigando a fome menor, ainda que outros continuem a entender que o problema africano é económico.

A razão para tal entendimento, diria de forma rasa, decorre do facto de no continente africano, a maior parte das pessoas viverem na mais absoluta miséria e, o dinheiro, que nunca deixa de ser importante, passa a ser, por isso mesmo, “o mais importante”. Mas, a eficiência na resolução dos problemas que garantam a procurada “razão de viver” não é alcançada apenas com o dinheiro, cada vez mais dinheiro. E África já recebeu o equivalente a seis Planos Marshall”.²⁶ E o que perturba é que enquanto o Plano Marshall foi uma vitória para os países da Europa saídos da Segunda Guerra Mundial, a ajuda a África não conseguiu tirar o continente da mais profunda miséria. São, aliás, os próprios relatórios do Banco Mundial que sucessivamente têm demonstrado que os estudos, normalmente, não encontram qualquer laço forte entre ajuda e o rápido crescimento, remata Guest.

A subalternidade a que me refiro tem a ver, pois, com uma “*resistência, mais ou menos escamoteada, aos valores e princípios da democracia liberal*”, afirmou o preclaro jurista e ensaísta cabo-verdiano Jorge Carlos Fonseca que não escusa, entretanto, de acentuar de que se socorria da expressão *liberal* por contraposição a uma qualquer “democracia revolucionária”.²⁷

26 Cf. Robert Guest, *África o Continente Acorrentado*, Editora Civilização, 2005, pp. 174-175, em que, referindo-se à notícia do Daily Telegraph, de 27 de Agosto de 2002 se pode ler que “entre 1960 e 1997, a África recebeu ajudas no total de cerca de 400 mil milhões de dólares”.

27 Sublinho que aceito a expressão democracia liberal no preciso sentido em que o admite Samuel Huntington, por oposição à democracia eleitoral ou, como impressivamente registou Fareed Zakaria,

E a questão que coloco, é a de saber se essa subalternidade é imposta e pressuposta. Afirmativamente, diria que ela é composta pelas duas dimensões:

- A primeira tem a ver com o facto de se caracterizarem por serem “Estados de não direito” que se distinguem por assentarem em três ideias básicas, ou seja, serem Estados que decretam leis arbitrárias; Estados em que o direito se identifica com a “razão do Estado” imposta e iluminada por chefes; Estados pautados por radical injustiça e desigualdade na aplicação do direito.²⁸

Aqui, “os direitos individuais assentes na dignidade da pessoa humana cedem porque em primeiro lugar estão os interesses do Estado”. O Estado, diz-nos Canotilho, “não é um esquema organizatório limitado pelo direito. É uma realidade transcendente, uma realidade suprema”.

Berlin, chamando atenção para a ênfase que os profetas do nacionalismo imprimem no seu discurso e pensamento, dizendo: “Os profetas do Nacionalismo falam, por vezes, como se as reivindicações superiores, senão supremas, da nação em detrimento do indivíduo tivessem por base a constatação de que apenas a vida, os fins e a historia dessa mesma nação dão vida e conferem significado a tudo o que o individuo é e faz”.²⁹

Essa perspectiva, para além de assentar num relativismo cultural, abre a porta à guerra de todos contra todos, remata Berlin. As pessoas vivem, acrescentaria ainda, sob aquilo que se tem caracterizado de *enclave cultural*, sob um *dossel sagrado*, em que todos se riem dos mesmos gracejos, partilham as mesmas ideias e têm as mesmas opiniões morais e estéticas.

Mas disse também que ela é pressuposta. Porquê? Toda a pressuposição dessa subalternidade assenta, por um lado, nos juízos atrás expendidos no sentido de que os valores que conduziram à modernização dos Estados são de natureza ocidental e que só por adopção poderão ter acolhimento noutras paragens. Por outro, mesmo entre os nacionais dos países que sofreram a chamada “Terceira Vaga da democratização” a opinião dominante manifesta-se no sentido de que, por exemplo, no tempo de “partido

ob. cit., p. 11, na linha, aliás, da preocupação de Jorge Carlos Fonseca, “... quando os inimigos da democracia se apropriam da sua retórica e imitam os seus rituais, sabemos que a democracia ganhou a guerra”.

28 Para mais desenvolvimentos sobre as características do Estado de não direito ver Gomes Canotilho, *O Estado de Direito*, Cadernos Democráticos, n.º 7, Fundação Mário Soares/Gradiva, Lisboa, 1999, pp. 11-14.

29 Cf. Isaiah Berlin, *ob. cit.* p. 369.

único não havia conflitos entre ou no interior dos países africanos; que a democracia não trouxe qualquer benefício para o estatuto das mulheres africanas, ou ainda, que no continente africano se deve acentuar o papel dos chamados direitos sociais, económicos e culturais, em detrimento das liberdades fundamentais, numa exigência de luta contra a pobreza”.³⁰ Há efectivamente quem defenda que o multipartidarismo em África conduz inevitavelmente à política étnica pelo que, no Uganda, Museveni terá proibido os partidos políticos, por essa mesma razão. Mas há sinais suficientes para acreditar que relações amistosas entre tribos diferentes prevalecerão sobre os ódios ainda latentes. A Tanzânia é tida com um exemplo bem sucedido, para não falar da África do Sul onde Mandela se afirmou disposto a morrer pelo ideal de uma sociedade democrática e livre na qual todas as pessoas vivem em harmonia e com oportunidades iguais. Foi com algumas destas palavras que Nelson Mandela, como réu, se terá dirigido aos tribunais que o julgavam.

3. O Totalitarismo. Breves Referências

Decorre implícito que entendo como uma das formas da não modernização do Estado, para além dos Estados falhados ou exíguos, toda e qualquer tecnologia político-organizatória de que os sistemas totalitários fundados na ideia do “socialismo africano”,³¹ são uma manifestação da *deriva totalitária socialista*.

A filosofia política do “partido único” transformado em vanguarda³² da “consciência colectiva” e dos fins e metas socialmente desejáveis eliminou da cena política categorias

30 Jorge Carlos Fonseca in Endoscopia n.º 118, publicado no Jornal Horizonte, de 6 de Julho de 2006, Republica de Cabo Verde. Ou Lavroff que referencia os argumentos então expendidos no sentido de o estabelecimento do partido único ser apresentado como a panaceia capaz de pôr termo a todos os males desses países. Quanto aos argumentos invocados, v.g. como meio de construir a unidade nacional, de assegurar o desenvolvimento económico e de ser compatível com o Socialismo africano, ver Ob. cit. pp. 53-62.

31 Da maior importância para a compreensão dos regimes políticos instituídos na África negra, ver, por todos, a tese de doutoramento de Onésimo Silveira, *África ao Sul do Sahara, Sistemas de Partidos e Ideologias de Socialismo*, Editora Africa Debate, 2004.

32 Cf. Dimitri Lavroff, *ob. cit.* p. 109, alguns exemplos em como a Constituição do Mali previa que o Partido “... define a política do Estado ...”; no Burundi, “o partido traça a orientação política geral da Nação e inspira a acção do Estado. Verifica a acção do Governo e do poder judiciário”. Bem mais impressiva é a declaração de Jomo Kenyatta, enquanto presidente do Quênia, que em 1974 dizia: “a Bíblia impõe aos filhos obedecer e honrar seu pai; o KANU é o nosso pai. O nosso dever é assim ditado por Deus”.

básicas de um Estado de direito, como a publicidade crítica, a discussão e dissensos parlamentares e políticos, a autonomia da sociedade civil.

O Estado totalitário,³³ “comporta antes de tudo, um fenómeno de estatização ou de estadualização do indivíduo e da sociedade, suprimindo a liberdade” procurando “modelar a vida privada, a alma, o espírito e os costumes dos destinatários do poder”, para utilizar as expressivas palavras de Karl Loewenstein. O Estado é tudo e tudo só tem existência no Estado.³⁴

É um exemplo de sociedade que se afirma contra o homem e a sua inalienável dignidade como ser único e irrepetível. Por outro lado, porque procura definir novas categorias morais, segundo o princípio de que os fins justificam os meios, prefere a disciplina à justiça, a autoridade à liberdade, a obediência à consciência e a violência à tolerância.

Uma das dimensões caracterizadoras do Estado totalitário é o seu anti-individualismo,³⁵ uma clara tradução da sua oposição ao liberalismo, transformando o homem num simples instrumento de realização dos fins da colectividade. O homem passa a ser absolutamente instrumentalizado, perdendo toda a sua dignidade, já que está ao serviço dos supremos interesses da colectividade encimado pelo Estado. Aqui, a ideia da inviolabilidade da dignidade da pessoa humana não faz sentido e, o homem, pelas atrocidades que o regime lhe legitima, transforma-se, diria sugestivamente Hannah Arendt, em “lobo do próprio homem”.

Onésimo Silveira, citado por Vicente Lopes no seu *Cabo Verde - Os bastidores da Independência*, Edição Instituto Camões, Centro Cultural Praia-Mindelo, 1996, p. 455, falando da gravidade que era o endeusamento de Amílcar Cabral por parte de alguns intelectuais cabo-verdianos, assinala um facto similar, ainda assim não menos surrealista, em que, numa reunião em Conakry, seu companheiro Carlos Reis lhe dizia: “Nós não precisamos pensar porque o Cabral pensa por nós”. Em Cabo Verde, foi pela Lei Constitucional n.º 2/III/90, de 28 de Setembro, que se instituiu o princípio do pluralismo, fazendo cair o artigo 4.º da Constituição que também consagrava o PAICV como “força dirigente da sociedade e do Estado”.

33 Cf. Paulo Otero in *A Democracia Totalitária*, Princípia, 2001, pp. 17 e sgts.

34 Ver “O Homem Social” de Sekou Toure in Silveira, *ob.cit.* p. 136.

35 É impressionante como Onésimo Silveira cambaleia intelectualmente sobre o processo de modernização dos Estados africanos, começando por considerar que a democracia não pode ser tida como uma opção – qualquer dimensão cultural é sempre assumida como opção – para depois se aproximar de numa espécie de patriotismo constitucional habermasiano ao considerar, e bem, que as lealdades étnicas e tribais devem ceder lugar a uma lealdade institucional, regulada por leis ordinárias e consagrada, explícita ou implicitamente, nos textos constitucionais, para voltar a claudicar ao considerar que integração social, enquanto consequência dessa modernização, conduz à transformação do africano num ser individual, atomizado, o que não deixa de lembrar um fino resgate do “homem social” de Sékou Touré”. Cf. o seu “*Sobre a democracia liberal do século XXI*”, *Direito e Cidadania*, 1997, n.º 2, p. 43.

Uma outra dimensão importante do totalitarismo é a ausência do pluralismo político. A verdade é a do partido único que se converte em Estado e as dissidências, mesmo no seu interior, são sancionadas com severidade, aplicando a velha teoria de Santo Ignácio de Loyola, enquanto militar: “En una fortaleza asediada, toda dissidencia es traicion”. O totalitarismo afirma-se, pois, como a negação de uma concepção pluralista da sociedade e destrói qualquer crença nos valores da tolerância e do pluralismo. Não é capaz de ver a realidade sem ser com os olhos do partido. “Em torno de ideias muito simples e claras, facilmente sintetizáveis e transportando uma carga axiológica mobilizadora de multidões através de uma retórica reveladora de toda a energia que existe na linguagem, o partido único transforma-se no principal instrumento de conquista e exercício do poder ...”. O partido único, diria, transforma-se numa máquina de sucção das consciências. Mas o totalitarismo pressupõe ainda o domínio dos órgãos de comunicação social. Foi Tocqueville quem terá afirmado, antecipando-se a uma ideia atribuída a Churchill, que “a liberdade de imprensa é o pior regime, com excepção daqueles regimes que aboliram a liberdade de imprensa”.³⁶ Pois, o totalitarismo suprime a liberdade radicalmente enquanto utiliza uma linguagem publicitária que intoxica e manipula as pessoas. A sua dimensão tentacular enfraquece a sociedade civil, colocando-se ao serviço da doutrina do partido único. É, em suma, uma sociedade de vigilância mútua, diria Peyrefitte.

4. Conflitos de Fraca Intensidade e a Emergencia de “Estados Falhados”

Opiniões no sentido de que a Ordem Vestefaliana atravessa uma crise sistémica, em que os seus princípios são postos em causa ou, ainda se, modernamente, o Estado se revela dispensável, Kissinger e Fukuyama fizeram notar que elas retrocedem, face à manifesta incapacidade de se lhe fazer sobrevir uma alternativa consensual. Estas opiniões, sobre as quais, por exiguidade de espaço, apenas limitarei a referenciar, partiam da símile preocupação de saber se, por um lado, a não interferência nos assuntos internos de outros Estados “deveria ser abandonada em prol de um conceito de intervenção de humanitarismo universal ou de jurisdição universal” e, por outro, do facto da prevenção da falência dos Estados, pelos problemas que originam para si e para

36 Cf. João Carlos Espada, *A Tradição da Liberdade*, Principia, 1998, p. 106.

os outros, aumentar a probabilidade dessa interferência externa para resolver o problema pela força.

Mesmo no plano dos princípios, a soberania não é mais um ponto fixo, mas um elemento permanente de negociação amplamente utilizado pelos governantes, diz Bertrand Badie.

Referi acima que, se no passado, o problema da construção dos Estados já constituía uma preocupação da comunidade internacional, o pós-11 de Setembro veio tornar evidente a imperiosidade de se incrementar os mecanismos que impossibilitem os grupos terroristas de transformarem os “Estados falhados” em presa fácil, parasitando-os.³⁷

Maria do Céu Pinto, num substancial e informativo trabalho intitulado “Tendências nos Conflitos de Fraca Intensidade”,³⁸ realça o facto dos “Estados falhados” virem dando guarida a terroristas e suas organizações, ao mesmo tempo que lhes favorecem o seu próprio território para que possam desenvolver a sua actividade logística, de preparação dos seus filiados e de condução das suas operações sem risco de interferências externas.³⁹ O Afeganistão é referido como o exemplo mais ilustrativo de um “Estado falhado” tomado por uma organização terrorista, neste caso a “al Qaeda”, e o Sudão que entre 1994 e 1996 tinha dado guarida a bin Laden, líder dessa mesma organização terrorista.

Não obstante a consciência da corrupção crescente em África e do caos daí resultante, alguns países africanos transformaram-se em paraísos para grupos terroristas, lavagem de dinheiro e organizações criminosas. Contudo, o pouco interesse estratégico ou a ausência de interesses decisivos em termos de segurança do continente fez com que, por exemplo, Kissinger se pronunciasse no sentido de que “*a tarefa mais urgente deverá ser aliviar o sofrimento em África e pôr fim às epidemias. A longo prazo, a necessidade*

37 É conhecido o papel de substituição de instituições estatais que as “Madrassas” têm nos países muçulmanos ou países que acolhem elementos dessa comunidade, em que prestam um serviço de indiscutível valor, por proporcionarem aos mais pobres a possibilidade real de um futuro melhor, mas de outras que igualmente se prestam à doutrinação dos estudantes no sentido de que a Jihad é legítima e nobre, diz-nos William Dalrymple, no artigo “Viagem ao interior das Madrassas”, publicado, no *Le Monde Diplomatique* de Março de 2006. Ver <http://www.diplo.uol.com.br/2006-03,a1274>.

38 Cf. *Nação e Defesa* n.º 112.

39 Se os organizadores dos ataques ao World Trade Center e ao Pentágono eram da classe média, como diz Fukuyama, numa condenação à ideia estabelecida de que os terroristas são um produto da pobreza, não há dúvidas de que os “Estados falhados”, dado à sua ineficiência e falta de autoridade, como, por outro, sublinha a autora Maria do Céu Pinto, põem à disposição dos terroristas uma massa de descontentes que são facilmente recrutáveis.

consiste em reduzir os conflitos políticos no continente, ajudar na reforma do seu sistema político e, nessa base, trazê-lo para o mundo globalizado. Tais ações exigem uma melhor compreensão do que se passa em África". Só "a longo prazo", note-se, era a calendarização para a "redução dos conflitos no continente e a ajuda na reforma do seu sistema político" entrarem na ordem do dia da comunidade internacional, volto a sublinhar.

Fukuyama, citando Chester Crocker, diz-nos, entretanto, que após o final da Guerra Fria, os Estados fracos ou falhados tornariam "provavelmente" o problema mais importante da ordem internacional.

Pelas consequências que os conflitos de fraca intensidade (CFI's) provocam, designadamente ao nível da erosão da soberania, a prioridade agora é, diz-nos Maria do Céu Pinto, a "prevenção dos mesmos...".

Por contraposição às sociedades do mundo desenvolvido, África é um continente que se distingue pelo seu permanente *warfare*. Esses conflitos que a autora em referência analisa, os CFIs, são incrivelmente destrutivos na medida em que, ao confundirem o governo, forças armadas e o povo, provocam a ingovernabilidade e atingem populações civis, aterrorizando-as através das mais violentas manifestações de ódio étnico. Porque são de cariz nacionalistas e não meramente xenófobas, destroem as estruturas económicas e sociais cedendo lugar a gangs criminosos que criam as suas redes informais. Nestas circunstâncias, a soberania assume apenas uma dimensão meramente ilusória. Pela pertinência, gostaria de recordar um facto que Badie revela dever merecer a nossa atenção, mas que não é conhecido. Para o autor, a abolição da soberania também se tem traduzido na privatização internacional de determinadas dimensões essenciais de um Estado soberano. Moçambique, por exemplo, privatizou as alfândegas, confiando a sua gestão a uma empresa especializada, e a Serra Leoa fez contrato com uma empresa fornecedora de milícias privadas para repelir, em Maio de 1995, a ofensiva dos rebeldes sobre Freetown.

Paralelamente, enquanto instituição, os Estados revelaram-se incapazes de assegurar o monopólio do uso da força, uma das dimensões essenciais da função dos Estados. Pelo contrário, a força apresenta-se como um fenómeno difuso e existem vários centros de poder no interior dos Estados que disputam a hegemonia de uns sobre outros. Não restam dúvidas de que muitos "Estados falhados" são a consequência dos chamados CFIs, a par da miséria galopante, da corrupção dos dirigentes políticos, do analfabetismo e das doenças que grassam pelo continente. E não me coíbo de repetir que as soluções políticas até agora encontradas, por serem antidemocráticas, têm assumido esta dramática disjuntiva: se perduram são terríveis, se são frágeis

tornam-se destrutivas. África, para falar com Landes, transformou-se numa “praga de pragas”.

Só a verdadeira democratização, “enquanto poderosa e extraordinária força para o bem”, diria Zakaria, poderá quebrar as indecências que a prepotência dos actuais governantes africanos tem permitido e, então, devolver a esperança a esses povos desgraçados.

5. Como Sustar a Autodestruição dos Estados em África?

Os acontecimentos do 11 de Setembro mudaram o paradigma de cooperação e África ganhou uma maior visibilidade. Efectivamente, o terrorismo, pela tétrica fenomenalidade como se manifesta, interpela ao mundo civilizado a que, sem demora, se proceda ao curto-circuito das suas fontes e relações.

O aparecimento de novos Estados africanos após o movimento de descolonização que se seguiu ao fim da segunda Guerra Mundial⁴⁰ pôs a nu a incapacidade generalizada desses mesmos Estados para a gestão autónoma de políticas, quer do ponto de vista da concepção que da sua execução,⁴¹ não obstante toda uma gama de taumaturgos discursos a que assistimos quanto às perspectivas de construção dos Estados, cuja concretização assume níveis de performatividade homeopática e, ademais, sob tratantes procedimentos dos seus dirigentes políticos.

Vimos já que a corrupção, os problemas políticos e sociais, a má governação, produziram espaços sem governos eficazes que, não se tratando de problemas novos, continuam a ser invariavelmente ocupados, agora, por terroristas ou organizações terroristas e do crime organizado que visam essencialmente acções fora dos espaços que lhes dão acolhimento e protecção, representando uma forte ameaça, particularmente para o mundo ocidental e/ou os seus interesses fora dos seus espaços geográficos.

40 É esta a data tida como a referencia que marca a universalização do modelo de Estado, mas não Estado de facto. Cf. José Manuel Pureza et al, *Projecto sobre a Prevenção de Conflitos Armados, Cooperação para o Desenvolvimento e Integração Justa no Sistema Internacional*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2005, pág. 4.

41 Compreende-se hoje, pacificamente, que o problema africano *não é só económico*, mas essencialmente de natureza institucional e política. Sobre a capacidade institucional dos Estados africanos (oferta e procura de instituições) ver, de forma tendencialmente completa, a razão da subalternidade ter sido interna e externamente imposta, in Francis Fukuyama, *ob. cit.*, pp. 35-50.

A impossibilidade de afastar, em absoluto, possíveis acções terroristas nos territórios dos países ocidentais, muito menos a previsão da dimensão das suas sempre catastróficas consequências, faz com que o terrorismo se apresente como um problema que não se compadece, para parafrasear Badie, “com uma gestão exclusivamente soberanista, isto é partitiva, concorrencial e por isso frequentemente contraditória”. Os exemplos do 11 de Setembro fizeram entrar definitivamente e com assento digno, creio, a questão da construção dos Estados na agenda política da comunidade internacional. Para o efeito cooperar passou a ser a palavra-chave. Não sendo fácil descortinar o modo,⁴² a questão que se coloca é a de como sustentar a autodestruição dos Estados em África. Independentemente daquilo que a mais fecunda imaginação dos estudiosos, analistas políticos, comunidade internacional (doadores) de um modo geral possa recomendar como acções instrumentais de cooperação,⁴³ mas que podem, até, e por isso mesmo, revelar-se contingentes, pessoalmente não vislumbro alternativa à única opção capaz de *melhorar* o curso dos acontecimentos que não tenha, como *fundamento*, a seguinte *incontingência*: “Copiar as práticas bem sucedidas; pôr de lado os processos falhados”. Foi assim que a Europa se desenvolveu, os países asiáticos igualmente e, com semelhante sucesso, tem sido esta a via escolhida na América Latina, sobretudo após o fracasso da “teoria da dependência”,⁴⁴ idealizada, na linha da retórica marxista, pelo economista Raúl Prebisch. Não há, pois, nenhuma novidade aqui, nem sequer o problema é de inteligibilidade, mas sim comportamental, moral. A sorte não cumpre aqui qualquer papel, uma vez que não se está a propor que se reinvente a roda. Sublinhe-se que não está minimamente em causa o facto de se ter que fazer adaptações

42 Fareed Zakaria, *ob. cit.* p. 28-29, expressa a sua opinião no sentido de que o desenvolvimento da Igreja Católica terá constituído a fonte para a liberdade no Ocidente e que, em consequência, sobreveio-lhe a democracia. Não tenho a menor dúvida de que só com a paz duradoura nos países africanos o valor da tolerância poderá ser cultivada para poder também vir a dar lugar a “qualquer coisa diferente do que são agora” e, porque não, uma democracia liberal.

43 Afigura-se-me pertinente este rápido apontamento indicador no sentido de que a comunidade académica vê o colapso dos Estados sob perspectivas disciplinares diversas que, como se referencia no estudo elaborado sobre a Prevenção de Conflitos Armados, Cooperação para o Desenvolvimento e Integração Justa no Sistema Internacional, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2005, pp. 9-11, vão desde as Relações Internacionais, aos Estudos Estratégicos, à Economia e Estudos do Desenvolvimento, à Sociologia e Antropologia Políticas. E, conseqüentemente, a grande probabilidade de ocorrência de contingências diversas de que acima falava e os autores do trabalho em apreço igualmente sublinham, na medida em que as teorias podem não corresponder às realidades “reais”.

44 Rigorosamente deveremos falar em “Teorias da Dependência” uma vez que nem todos os seus mentores poderiam ser considerados marxistas, como é, por exemplo, o caso de Fernando Henrique Cardoso. Ver João Gomes Cravinho in *Visões do Mundo*, ICS, p. 184 e ss.

devidas às circunstâncias locais. Fukuyama diz isso de forma clara⁴⁵ ao sublinhar que “o carácter local do conhecimento requerido para delinear uma imensa variedade de boas práticas administrativas indica que a capacidade administrativa não é, de facto, transferida de uma sociedade para outra por administradores do mundo desenvolvido que ensina aos seus congéneres menos evoluídos a forma como as coisas se fazem no seu país (...) O conhecimento geral das práticas administrativas estrangeiras precisa de ser combinado com um entendimento profundo dos constrangimentos, oportunidades, hábitos, normas e condições locais. Isto significa que as soluções administrativas e institucionais precisam de ser desenvolvidas não só com o contributo dos responsáveis locais que chefiarão as instituições, mas também por eles”.

Mas, por outro, já é absolutamente inaceitável pedir arrojado quando o que está em causa é, muito simplesmente, a exigência do respeito pela dignidade da pessoa humana, o respeito pela Carta Universal dos Direitos Humanos. Particularmente inadmissível é, também, a pretensa corroboração, por outros autores, de um atavismo cultural, própria do africano, que torna inexecutável qualquer processo de paz.

Mas é aceitável que quando um Estado perde a sua soberania, como consequência do seu colapso, a comunidade internacional intervenha nos seus próprios assuntos e, até mesmo, substitua uma autoridade abolida ou inibida de exercer capazmente as suas funções, a fim de restabelecer a ordem? A resposta não se afigura despida de enormes complexidades sempre que a comunidade internacional se vê na iminência de declarar um Estado falhado, com todas as consequências daí advenientes. O princípio da soberania rechaça, à *priori*, essa possibilidade. Mas, não é que muitos ditadores se servem dessa capa da legalidade para cometerem atrocidades contra o seu próprio povo e toda a sorte de crimes contra a humanidade? A soberania, neste caso, merece o respeito da comunidade internacional? O que me apraz registar para esta discussão é que se a ideia de intervenção antes gozava de uma escassa aceitação, a administração *internacional* de Estados falhados ganhou, desde as experiências do Kosovo e Timor Leste, contornos novos, que me levam, pelo menos, a ceder perante a seguinte realidade: o problema do *vazio político*, administrativo e de segurança conduz, indubitavelmente, a uma maior instabilidade interna e regional, o que, recorde de novo Badie, não se compadece “com uma gestão exclusivamente soberanista, isto é, partitiva, concorrencial e por isso frequentemente contraditória”.

45 Cf. Francis Fukuyama, *ob. cit.* p. 97.

5.1 Da identificação das sequelas dos Estados Falhados ou passíveis de falhar

Existe um número variado de situações que, como o colapso da autoridade central, a perda de controlo territorial, a baixa capacidade administrativa e burocrática, a instabilidade política, as políticas neopatrimoniais, a existência de conflito armado, as políticas repressivas, os regimes autoritários, cabem dentro do conceito de Estado falhado ou, como mais concretamente referem os autores do Relatório sobre a Prevenção de Conflitos Armados, Cooperação ..., no de *Estados Frágeis, Falhados e em Colapso*.⁴⁶ São os chamados conceitos operacionais, cujas definições, igualmente diversas, não discordam no essencial, notam ainda os autores do referido estudo. Entre Estados Frágeis, Falhados e em Colapso apenas muda a *gradação*, sendo que um Estado em colapso representa a versão extrema de um Estado frágil ou falhado. Estabelecido este parcial consenso, seja-me permitido revelar a minha aproximação àqueles que definem o Estado falhado como Estado ilegítimo, no sentido de que a legitimidade estatal reside num contrato social entre grupos de actores-chave na sociedade - Estado, mercado e sociedade civil -, contrato este com pelo menos três critérios: 1) o uso da violência pelo Estado é limitado e previsível; 2) o Estado garante, ou contribui para tal, níveis mínimos de bem-estar sócio-económico e a segurança física dos seus cidadãos; 3) os cidadãos têm um certo grau de controlo sobre a política, sobre o modo como o poder é exercido e por quem. É esta uma concepção liberal do Estado, que definitivamente assumo, porque igualmente coerente com as reflexões que propugno. Porque a definição é, mesmo do ponto de vista etimológico, redutora, afigura-se-me igualmente merecedora de cuidado, a questão que se coloca no sentido de saber a partir de que momento é que um Estado frágil entra em colapso, ou se só os Estados fracos, frágeis ou sub-consolidados podem falhar.

A par de toda a pertinente discussão que a questão alimenta, salvaguardada que está a unidade de vistas quanto à inevitabilidade dos conhecidos CFIs determinarem o colapso dos Estados, creio que as melhores ponderações sobre os desafios que se colocam, hoje, à consolidação de uma genuína democracia, condição essencial para que

46 Sobre a dificuldade em definir um Estado falhado bem assim as disputas de interesses pela comunidade internacional daí emergentes, postergando o dogma da soberania vestefaliana, com os exemplos recentes dos conflitos na Libéria, Serra Leoa, Ruanda e Congo, ver Bertrand Badie, *ob. cit.*, pp. 124 e ss. Por outro lado, na obra em apreço, a evidência de que Estados privados da sua soberania, dependente da sua capacidade reconhecida de manter a segurança e a ordem, também podem negociá-la com a comunidade internacional, como foi o caso da Albânia em 1997.

um Estado não fracasse, encontramos-las nos estudos estatísticos que relacionam o tempo de sobrevivência da democracia com o rendimento *per capita*.⁴⁷

As nações *prósperas* têm hipóteses de consolidar as suas democracias, afirma Zakaria, citando o que Lipset, já em 1959 dizia. Resulta para mim inequívoco o facto de que só a modernidade, ou seja, a prosperidade, é capaz de impedir o colapso dos Estados.

Entre saber se é o rendimento *per capita* ou a “vontade moral” que favorece a democracia, gostaria de sublinhar que a “moral”, aquela que conduziu à modernidade, passa a ser conteúdo uno dessa modernidade de cuja durabilidade, por sua vez, tal como evidenciou Zakaria, não independe o rendimento *per capita*.

É da maior importância, para a discussão em tela, a reflexão de Weber⁴⁸ sobre o tipo de homem que o protestantismo produziu. E a tese por ele sustentada é a de que “o protestantismo produziu um novo tipo de homem de negócios, um diferente tipo de pessoa, que tinha por objectivo viver e trabalhar de um certo modo. Esse modo é que é importante e a riqueza seria, quanto muito, um subproduto”. Argumentação semelhante é feita por Michael Novak,⁴⁹ que afirma, de forma incisiva, que “a sanidade de uma República depende de uma cidadania disciplinada”.

Em África, o Socialismo africano, tal como ideado e posteriormente aplicado, resultou na transformação da Administração Pública numa coudada *do partido único* e, em consonância com a perspectiva *totalitária*, um instrumento para premiar as devoções à causa do partido, normalmente àqueles cuja fidelidade não deixa dúvidas. Contrariamente às teses atrás expendidas, oiçamos Lavroff⁵⁰ que afirma: “ (...) o controlo do aparelho administrativo é o meio sonhado para recompensar as dedicações à causa do partido, pela concessão de postos, mais ou menos bem remunerados, e, sobretudo, para fazer pressão sobre os cidadãos, mostrando-lhes as vantagens que tirariam da sua adesão ao partido”. E isso levou, afirmo eu, a que se tenha também criado nos (nossos) países africanos um “homem novo”, só que se trata de um “homem astuto”, “calculista e sem escrúpulos”, este sim, um *subproduto* que facilmente cede ao engodo político-partidário.

47 Admite-se que um país que entabule a sua transição para a democracia quando atinja um PIB per capita entre 3000 e 6000 dólares terá sucesso. Para outros desenvolvimentos, cf. Fareed Zakaria, *Ob. cit.* pp. 66-70.

48 Cf. D. Landes, *ob. cit.* p. 194 e *A Cultura Importa*, Record, Rio de Janeiro-São Paulo, 2002, p. 50.

49 Cf. Michael Novak, *O Espírito do Capitalismo Democrático*, Edição Gráfica de Coimbra, 1985, p. 20.

50 Cf. D. Lavroff, *ob. cit.*, pp. 111-112.

Há mudanças sensíveis em África e, de algum modo, a ideia da democracia vai triunfando sobre a ideia revolucionária, de matriz marxista-leninista, diz-se. Lamentavelmente, penso, contudo, que este avanço não tem significado mais do que a simples existência de um quadro jurídico-constitucional, formal, que, obviamente, *não é suficiente* para que os vestígios dessa conquista não sejam destruídos e postos em causa. É que a força continua a prevalecer sobre a lei e a melhor maneira de mudar um sistema social é derrubar os que estão no poder.⁵¹

África é um continente rico, sabemos todos. Mas, os recursos petrolíferos, à excepção da Noruega, não se encontram em nenhum país democrático. Zakaria⁵² afirma que o petróleo, como outros recursos naturais, não ajuda a desenvolver o capitalismo, a sociedade civil e também a democracia. O dinheiro fácil torna desnecessário o trabalho difícil de criação de uma sociedade moderna⁵³ pelo que o autor chama-os de “trust fund states”, no sentido de que se *autofinanciam* através dos fundos gerados pelos recursos naturais.⁵⁴

5.2 Os factores imateriais

Independentemente das discussões que a questão ainda suscita no sentido de relacionar o desenvolvimento dos países alicerçando-o quer à ética católica, protestante ou confuciana, pressuposto, hoje, inelidível, é o de que a riqueza em recursos naturais tem comprometido a modernização política e o crescimento económico dos Estados.⁵⁵

Se, como diz Guest,⁵⁶ aliás de forma concludente, é impossível em África a construção de um Silicon Valley, porque as “cobiçadas indústrias de alta tecnologia ameri-

51 Cf. Daniel Etounga Manguelle in *A Cultura Importa*, Record, Rio de Janeiro-São Paulo, 2002, p. 118.

52 Cf. F. Zakaria, *ob. cit.*, p. 254.

53 Cf. F. Zakaria, *ob. cit.*, p. 71, que se refere à conclusão de um estudo que afirma estar o insucesso económico intimamente associado à posse de riquezas naturais.

54 Cf. Handy, *ob. cit.*, p. 45, que muito a propósito conta a historia dos três amigos que gostavam de tocar piano e do orgulho com que falavam pela satisfação que sentiam quando conseguiram tocar um trecho musical quase como o original. Mas confronta a sua satisfação com a hipótese de se comprar um CD, gastando menos tempo e menos dinheiro e com resultados melhores. Contudo, para os amigos em questão, tal atitude tinha menos significado.

55 Cf. F. Zakaria, *ob. cit.*, p. 71, em que se refere ao estudo de dois economistas de Havard, Jeffrey D. Sachs e Andrew M. Wagner, conclusivo no sentido de que a posse de riquezas naturais está intimamente associada ao insucesso económico. Fukuyama é acusado, num primeiro momento, por no seu livro *O Fim da História* ter admitido que a democracia e os mercados poriam fim à procura histórica da perfeição.

56 Cf. R. Guest, *ob. cit.*, p. 241.

canas não foram planeadas”, por outro entendo que em África podemos *aprender*, com Silicon Valley, um valor que, como enfatiza Handy,⁵⁷ lhes permite sonhar sempre. O de que “a falência não é um fracasso, mas um sinal de maturidade”.

A questão que se nos coloca é a compreensão de que os países, tal como as pessoas, são os únicos donos e responsáveis pelos próprios destinos. O livro do Génesis, recorda-nos Novak,⁵⁸ Deus criou os seres humanos à Sua imagem. “Que (...), somos chamados a igualar o nosso Criador em criatividade, imaginação e generosidade e temos de ser vistos não só com as nossas fraquezas, mas também como pessoas cujo destino ainda está por realizar”. John Locke, citado por Novak em *O Espírito do Capitalismo Democrático*, fez notar que “um campo de morangos, (...), poderia produzir morangos em abundância. Todavia, sujeito ao cultivo e cuidados de uma inteligência prática, poderia chegar a produzir não o dobro mas dez vezes mais morangos”. Miguel Ângelo, citado por Handy, em *O Espírito Faminto*, dizia que “a forma perfeita encontra-se escondida numa pedra; tudo o que se tem a fazer é parti-la até a encontrar”. Não me contenho em citar Novak de novo que, colocando a reflexão de Locke em termos teológicos, dizia: “A Criação, deixada a si mesma, está incompleta e os seres humanos são chamados a serem co-criadores com Deus, fazendo surgir novas potencialidades que o Criador escondeu. A Criação está cheia de segredos esperando serem descobertos...”. Ou, é preciso ainda recordar, com Novak, que “o petróleo esteve debaixo das areias da Arábia, durante milhões de anos, relativamente sem valor para a raça humana, até que a aplicação da inteligência lhe encontrou utilidade”.

Referindo-se ao papel da magia e feitiçaria, Etounga-Manguelle considerou⁵⁹ serem altos os custos da irracionalidade na construção dos Estados em África. E, recordando Jean Francois Revel pergunta: “É inteligente o ser humano que não se deixa guiar pela inteligência”? O mesmo Etounga-Manguelle afirma: “Se a Europa, esse pedaço de terra que representa uma pequena porção da humanidade, foi capaz de se impor no mundo, dominando-o e organizando-o para seu exclusivo benefício, é porque desenvolveu uma cultura vitoriosa de rigor e trabalho, livre de forças invisíveis. Precisamos imitá-la”.

57 Cf. C. Handy, *ob. cit.*, p. 53.

58 Cf. M. Novak, prefácio à *ob. cit.*, p. 12.

59 Cf. Daniel Etounga Manguelle, *ob.cit* p. 124 e ss. No mesmo sentido, ver ainda, Silveira *ob.cit*, DeC n.º 2, Praia, 1997, p. 43 que afirma ser a autoridade do Estado entendida como emanação do poder tradicional, de raízes míticas e práticas de leituras inescrutável.

Mas é esta a irracionalidade⁶⁰ que igualmente proponho, salvaguardados, obviamente, os condicionalismos locais.

O que não pode ser descurado, tal como sublinhou Fonseca, no artigo de opinião já referido, é que, por exemplo, “a adaptação do modelo democrático às condições culturais e sociais africanas não poderá fazer olvidar que, em todo o caso, se tratará de um regime de democracia que assegure as liberdades fundamentais e assente, em última análise, no respeito pela dignidade da pessoa humana”.

Na tradição de Tocqueville, vários autores têm chamado a atenção para a importância crucial do “capital social” na consolidação das instituições democráticas⁶¹ e, como afirmou Ernest Gellner, a democracia liberal não é mais do que “uma representação virtual” do capital social, isto é, da “sociedade civil”.⁶²

6. A Promoção da Democracia como Pressuposto Essencial para o Estabelecimento de uma Política de Defesa e Segurança

Muito naturalmente poderia ter prescindido, na linha de Hayek, do adjectivo “social” para caracterizar a importância dos valores na construção de Estados. Desta feita, devo dizer que a omissão do adjectivo “liberal”, como nota distintiva das democracias iliberais, apresenta-se-me decisiva.

Se já não abundam aqueles que, com maior ou menor atrevimento, se prestam abertamente a propugnar um Estado *de não direito*, a verdade é que, na prática, tal como acima fiz questão de sublinhar, muitas democracias, particularmente as africanas, só o são numa perspectiva meramente formal. As eleições *multipartidárias* que tiveram lugar na generalidade dos países serviram, essencialmente, para produzir o caos e a instabilidade, ao mesmo tempo que agravaram os casos de corrupção. A conclusão, hoje, é de que se tinha “sobrevvalorizado as eleições multipartidárias e em consequência negligenciado os princípios elementares do governo liberal”, diz Zakaria, citando Michael Chege.

Ainda que a instituição da democracia possa ser tida como um factor propiciador para a instauração de reformas políticas, económicas e legais (há quem entenda que

⁶⁰ No sentido encontrado por Charles Handy que exige que pensemos de forma invertida, mesmo que tanto os pensadores como as ideias possam parecer absurdos.

⁶¹ Cf. João Carlos Espada, *Ensaio sobre a Liberdade*, Principia, Lisboa, 2002, pp. 61-76.

⁶² Ver Francis Fukuyama, *A Grande Ruptura. A Natureza Humana e a Reconstituição da Ordem Social*, Quetzal Editores, Lisboa, 2000, p. 39.

África, mais que de democracia, carece de boa governação), os sinais continuam a revelar-se pouco encorajadores, e os regimes continuam a manifestar *pouca diferença* em relação às anteriores ditaduras. Afirmei noutro momento que a largueza do Estado não tem nada a ver com a eficácia do mesmo. Até porque, e a história tem-nos fornecido exemplos mais do que evidentes, o chamado Estado-polícia que pretende regular tudo, a ponto de assumir a própria tarefa de realizar a felicidade dos súbditos, é contra a ideia de um Estado *limitado pela lei*, amiga do Direito. Karl Popper⁶³ sublinhou, de forma inequívoca, que “quem defender que não é a razão, mas o amor, quem deve governar, está a abrir o caminho para os que governam pelo ódio” ou, doutro modo, que, “de todos os ideais políticos, o de fazer as pessoas felizes é talvez o mais perigoso. Conduz invariavelmente à tentativa de impor aos outros a nossa escala de valores “mais elevados” (...) Leva à intolerância. E baseia-se numa total incompreensão dos nossos deveres morais”.

Ainda assim, não falta quem ainda defenda que África estava melhor sob os regimes *ditatoriais* e de partido único. Que a democracia aprofundou as divisões étnicas e religiosas e, em consequência, o caos generalizado para esses países.

Não constitui também novidade o facto de não faltarem políticos que procuram arregimentar apoiantes com base nas diferenças raciais, étnicas ou religiosas, servindo-se da democracia para estimularem competições políticas com base nessa dimensão. Badie⁶⁴ dá-nos o exemplo do Congo de Kabila, onde “mobilizações cívicas se convertem em mobilizações étnicas e às minorias vindas de alures se colocava sem custo o slogan da autenticidade zaireense”.

E é aqui que a distinção entre a democracia e a democracia liberal se faz sentir. Sem um quadro de constitucionalismo liberal, a introdução da democracia em sociedades *divididas* tem, na realidade, fomentado os nacionalismos, os conflitos étnicos e mesmo a guerra, diz-nos Zakaria. Isto, em contraposição às maduras democracias liberais que conseguem, normalmente, acomodar as divisões étnicas sem violência ou terror e vivem de modo pacífico, com as outras democracias liberais. É para mim decisiva essa distinção, já que as estatísticas têm demonstrado que, tal como fez questão de enfatizar Zakaria, “no decurso dos últimos duzentos anos os Estados que transitaram para a democracia foram para a guerra mais frequentemente que as autocracias ou as democracias liberais”.

63 Cf. Karl Popper, *A Sociedade aberta e os seus inimigos*, Volume II, Editorial Fragmentos, Lisboa, 1993, pp. 232-233.

64 Cf. Bertrand Badie, *ob. cit.*, p. 131.

Estes curtos apontamentos sobre a distinção entre a democracia e a democracia liberal assumem uma exclusiva importância para o meu país, Cabo Verde, particularmente no momento em que se discute, a vários níveis, designadamente político e académico, sobre a opção ou não de continuar ligado à CEDEAO.⁶⁵ As opiniões vindas a público são absolutamente divergentes e creio que o problema divide até mesmo a sociedade cabo-verdiana. Ora, da análise dos argumentos expendidos, não nos é difícil descortinar uma perspectiva *determinista*, que faz acreditar, sem mais, que a *história* reserva um futuro melhor para essa comunidade, devendo Cabo Verde, por isso, nela permanecer, e uma outra, mais pragmática, que advoga a saída do país dessa mesma comunidade, uma vez que os *propósitos* para que foi criada não foram alcançados, e os resultados têm sido globalmente negativos para Cabo Verde. Esta última perspectiva admite essa via como consequência *superveniente* da imposição da “tirania das circunstâncias” na vida económica do país, diria eu.

Sob que pano uma democracia liberal, como constitucionalmente queremos ser, discutiria esta questão? Indubitavelmente, sob o pano de que *não existem comunidades definitivas*, pois elas são infinitamente revogáveis, desde que venha a ser esse o entendimento, na medida em que devemos ser nós a escrever o guião da nossa própria vida, como povo. Cabo Verde, recorde-se, foi igualmente construído, no início, através de um sistema *mais ou menos opressivo* que, obviamente, tende a manifestar o seu efeito de seqüela, não obstante a consagração do princípio constitucional de que “A República de Cabo Verde organiza-se em Estado de direito democrático”. É que todas as ditaduras conduzem a *perdas antropológicas* incomensuráveis e, se a censura política, como diz Steiner, não mata, *deixa marcas* que não saem com um qualquer duche, para reproduzir a imagem que o escritor António Tabucchi⁶⁶ utilizou ao referir-se à Itália pós-Berlusconi. Particularmente quando reiteradamente usamos, ainda que inconscientemente, o mecanismo que a *ditadura* nos induziu a desenvolver, como a autocensura e o *não pronunciamento* sobre questões que dizem respeito ao nosso futuro comum.

Porque não se equivalem, afigura-se-me determinante, para a questão em apreço, a distinção que se deve estabelecer entre o amplo debate e o amplo consenso. São coisas distintas. Aqui, de acordo com o princípio da necessidade, o que não pode faltar é um

65 Comunidade de Países para o Desenvolvimento Económico da Africa Ocidental.

66 Foi a expressão que o escritor luso-italiano terá utilizado na conversa com o também escritor Francisco José Viegas, durante o programa “O Livro Aberto”, quando se referia às manifestações xenófobas alimentadas pelo governo de Silvio Berlusconi, males que entende significarem uma perda antropológica para a sociedade italiana.

amplo debate. O acordo para a mudança requer consenso, enquanto que os meios para a mudança requerem debate amplo, pois o fim é acordável, mas o modo sempre discutível.

7. Alguns Conselhos de Karl Popper, Revisitados

Popper⁶⁷ evidenciou, nos seus textos, que o racionalismo *utopista* sempre se serviu da violência que, por sua vez, comporta a propaganda, a supressão da crítica e o extermínio de toda a oposição. Os seus dirigentes converteram-se em deuses quando não eram *vistos* como deuses.

Ainda que os fins propostos sejam benévolos, propósitos a que ninguém se opõe, apenas trouxeram infelicidade e a miséria de estar condenado a viver sob o jugo de uma tirania.

Vejo, assim, em todas as formas de ditadura, mecanismos falhados de construção de Estados, onde a agressão aos valores sociais, ou a sua defesa, se turvam. Assim, instituições sociais que têm por função discriminar entre agressão e resistência à agressão devem ser apoiadas e desenvolvidas.

Popper, que não se opunha à tentativa de realização desses *ideais*, ainda que condenasse a sua realização através de mecanismos de governação dominados por grandes emoções, como o amor, deixou algumas recomendações que, em meu entender, merecem uma revisão:

- Trabalhai no sentido da eliminação dos males concretos em vez da realização de bens abstractos.
- Não viseis estabelecer a felicidade por meios políticos. Visai antes a eliminação das misérias concretas. Ou, então, em termos mais práticos: lutai pela erradicação da pobreza por meios directos - garantindo, por exemplo, um rendimento mínimo.
- Ou lutai contra as epidemias e a doença, construindo hospitais e escolas de Medicina.
- Combatei a iliteracia como combateis a criminalidade. Mas fazei tudo isto por meios directos. Escolhei o que considerais ser o mal mais urgente da vossa

⁶⁷ Cf. Karl Popper, *Conjecturas e Refutações*, Almedina, 2003, 473 e ss.

sociedade e tentai pacientemente convencer as pessoas de que nos podemos livrar dele.

- Mas não tenteis realizar esses objectivos indirectamente, planeando e trabalhando para um ideal longínquo de uma sociedade inteiramente boa. Por muito gratos que vos sintais pela sua visão inspiradora, não penseis que estais obrigados a trabalhar para a sua realização, ou que tendes por missão abrir os olhos dos outros para a sua beleza.
- Não permitais que os vossos sonhos de um mundo maravilhoso vos alheiem das reivindicações dos homens que vivem aqui e agora. Os nossos semelhantes têm direito à nossa ajuda. Nenhuma geração deve ser sacrificada em nome de gerações futuras, em nome de um ideal de felicidade que pode não se realizar nunca.

Em suma, a tese que Popper defende é a de que “a miséria humana é o problema mais urgente de uma política pública racional e que a felicidade deve ser deixada aos nossos esforços individuais”.

Os Estados civilizados criaram um modelo de desenvolvimento centrado nas pessoas. Contrariamente, em África, as políticas têm levado a um sistemático *esquecimento* das pessoas concretas e ao empobrecimento da sociedade civil e reprimem a capacidade humana para criar, inventar e empreender. Enquanto que as naturais desigualdades na Europa criam as chamadas *ilhas de pobreza*, em África criam, pelas razões enunciadas, continentes de pobreza. A Europa tem, conseqüentemente, excluídos, mas, *facto dissimile*, África é tida como um continente excluído.

Enquanto, na Europa, os governos procuram, com medidas de política, continuar a preparar as capacidades individuais, em África a este problema é acrescido o da necessidade da construção de capacidades institucionais para que o desenvolvimento seja auto-sustentado. Em África a fome não é apenas material, é também *moral*. Entre Europa e África os objectivos são diferentes. De um lado, a ênfase é na educação. Do outro a ênfase é na moral, “n” vezes. O continente africano reclama uma *dimensão moral*, não numa escala aritmética, mas, dado ao atraso civilizacional, numa escala geométrica.

África, com Estados defeitos e comunidades esfaceladas, clama pela *responsabilidade* dos seus líderes e, o que definitivamente preconcebo, não vai no sentido da uniformização de modelos de desenvolvimento, mas de uma mudança que seja orientada para a criação de Estados decentes já que os nossos problemas estão *aquem* dos decorrentes

da Prosperidade *versus* Solidariedade. Têm essencialmente a ver com a criação da decência *pública*, isto é, de decências públicas, abrangendo todas as relações de poder.

Conclusão

Tenho vindo, não sem alguma dificuldade, a procurar encontrar as razões para o subdesenvolvimento africano, ao mesmo tempo que insinuo pistas possíveis que possam servir de resposta à situação. Não restam dúvidas de que só o trabalho perseverante, honestidade, seriedade, uso parcimonioso do dinheiro e do tempo, mais do que qualquer predestinação, acabou por se converter num código secular de comportamento que viria a conduzir os Estados à prosperidade. “A Europa levou séculos para conseguir um bom governo; porque deveria a África consegui-lo em algumas décadas, (...)?”, pergunta de modo conclusivo David Landes.⁶⁸

Nunca duvidei de que os chamados valores ocidentais foram forjados num espaço geográfico e cultural muito próprios, decorrentes de condicionantes sociológicas e culturais, em suma. É verdade! Entretanto, tenho hoje que dizer, taxativamente, que esses valores, não obstante terem sido criados na Europa, são para ser aplicados em África. Longe de insinuar que o comportamento político do africano tem de *se adequar* ao europeu o ineditismo a que estas reflexões me conduzem é que essa opção deve ser escutada e, conseqüentemente, tentada.

Assim como o *Arts Business Forum* de Londres, no âmbito de uma experiência para o aperfeiçoamento empresarial, terá convidado empresas, através dos seus gestores, a participar num programa experimental, que consistia em aprender com o teatro, eu provocaria os nossos dirigentes africanos a aprenderem com os *nossos* músicos. A música africana possui, aliás, uma riqueza e qualidade indiscutíveis. Pode ser, por isso, uma ótima fonte de inspiração. A ideia é, tal como propôs o *Arts Business Forum* de Londres, os nossos políticos “*verem um espectáculo, conhecerem o director e o elenco e juntarem-se num seminário, com a duração de um dia, realizado no final do festival, com vista a discutirem o que, se é que, aprenderam*”. E não hesito em recomendar, aos nossos em Cabo Verde, que oiçam um Paulino Vieira, Kim Alves, Tito Paris ou Baú, por exemplo. E, no fim, lhes perguntem sobre a *origem* de tanto talento. De certeza, obterão a resposta decisiva: que

68 Cf. David Landes, *ob. cit.* p. 573.

o profissionalismo, trabalho perseverante, honestidade, seriedade, estão na base do *sucesso*. Unicamente.

Ainda assim, apesar de poder parecer descabida a ideia, os *valores ocidentais* foram criados na Europa, mas para serem aplicados em África. Mas não posso deixar de recordar uma conversa tida com K. Alves,⁶⁹ esse alquimista da música cabo-verdiana, que, por coincidência, toca guitarra, com uma destreza invejável, com a mão esquerda. Das vantagens desse facto, fazia questão de evidenciar uma *particularidade* que, com imensa surpresa, registei, por me parecer extraordinária. Dizia-me: “A guitarra foi inventada por um destro, mas para ser tocada por um canhoto”.

- Feliz acaso ouvir isto de ti, respondi. Estou a escrever algumas reflexões sobre a construção de Estados e tinha chegado à conclusão de que os valores *ocidentais* tinham sido criados na Europa, mas para serem *aplicados* em África.

Nenhuma sociedade *democrática e próspera* em África poderá ser realizada sem esses valores. Diga-se o que se quiser, repito, a *incontingência* para o sucesso é só esta: “Copiar as práticas bem sucedidas; pôr de lado os processos falhados”.

Dom António dos Reis Rodrigues⁷⁰ recorda-nos, por um lado que João Paulo II,⁷¹ transferindo, em certo sentido, o centro da *questão social* do âmbito nacional para o âmbito internacional, advertia para a “necessidade de actuar para sanar os graves desequilíbrios entre as diversas áreas do mundo”. Que é completamente impossível “gozar da paz e da prosperidade, bens que pertencem por natureza a todo o género humano, (...) se forem obtidos e conservados (por algum país) em prejuízo de outros povos e nações, violando os seus direitos ou excluindo-os das fontes do bem-estar”. Por outro, em 1965, o Concílio Vaticano II punha particular ênfase a um dever que deveria ser respeitado na ordem internacional. Precisamente *Gaudium et Spes*, n.º 86, alude àquilo que chamou o “gravíssimo” dever de os povos mais desenvolvidos ajudarem os subdesenvolvidos. Para tal devem convergir três deveres, ou seja, “o dever de solidariedade”, o “dever de justiça social” e o “dever de caridade universal”. Em suma, e esta última advertência é do *Populorum Progressio*, n.º 43, “o supérfluo dos países ricos deve pôr-se ao serviço dos países pobres”. Que os ricos serão os primeiros a beneficiar com isto. Nada mais premonitório se se atentar no grave pro-

69 Recomendo, vivamente, a audição do seu trabalho discográfico, a solo, intitulado “A Dança das Ilhas”. E, aqueles que duvidam da pertinência das minhas reflexões e propostas, compreenderão, seguramente, a partir daí, a razoabilidade das mesmas.

70 Cf. *Sobre o Uso da Riqueza, o Destino Universal dos Bens*, Edição Principia, 2005, pp. 118 e ss.

71 Cf. *Centesimus Annus*, n. 21.

blema que o mundo desenvolvido vive hoje, por causa das vagas de imigração clandestina.

Tudo isso não merece a menor contestação, não fora eu educado segundo esses princípios. Mas muito ponderosa também é a opinião de que o problema africano é, essencialmente, da necessidade de uma boa governação. Cabo Verde, um país pobre em recursos naturais, deve, entretanto, ser rico em valores morais. Pessoalmente, enquanto agente da Administração Pública, *instrumento decisivo* do nosso desenvolvimento e que deverá, por isso, ser portadora dos valores universais que estão na base de uma sociedade *civilizada*, deixo uma derradeira reflexão.

A Administração Pública deve ser espaço para ofício de pessoas *qualificadas*, fora do alcance de um qualquer partido triunfante, pelo que a pertinência do que disse Michael Walzer *sobre os cargos públicos*, em reacção ao conhecido "*spoils system*", adverte: "Os cargos públicos são demasiado importantes para serem concebidos como despojos da vitória. Ou melhor, as vitórias são demasiado efémeras e as maiorias demasiado instáveis para moldarem o serviço público de um Estado moderno".⁷²

72 Cf. Michael Walzer, *As Esferas da Justiça*, Editorial Presença, Coleção Fundamentos, Lisboa, 1999, p. 134.